

PERFIL DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA¹

GT – Políticas Públicas e Desenvolvimento

Caroline de Jesus Silva²
Carlos Eduardo Ribeiro Santos³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Itabuna-BA com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social. As unidades de análise utilizadas se baseiam no perfil dos domicílios dos beneficiários do programa categorizados pela forma de abastecimento de água, escoamento sanitário, coleta de lixo, material externo das paredes e iluminação dos domicílios entre os anos de 2014 e 2016 (primeiro trimestre). Metodologicamente, a pesquisa teve um caráter dedutivo, com abordagem descritivo-analítica e um procedimento de revisão de literatura e análise documental. Percebeu-se, assim, que, em relação às características dos domicílios dos beneficiários, a cidade de Itabuna possui um perfil semelhante ao do estado da Bahia como um todo, em termos proporcionais, diferenciando-se, positiva ou negativamente, apenas, nos aspectos relacionados ao escoamento de água, à coleta de lixo e ao abastecimento de água.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Perfil Socioeconômico Domiciliar. Itabuna/BA.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo e de difícil definição, pois não se restringe apenas à falta de recursos financeiros, mas abrange, também, diversas outras dimensões

¹ Pesquisa realizada com suporte financeiro da UESC (ICB/UESC).

² Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC). Bolsista de Iniciação Científica, modalidade de ICB/UESC, pelo projeto de pesquisa “Construção do perfil geral (caracterização) das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família em Itabuna”. e-mail: carolwise80@gmail.com.

³ Economista pela Universidade Estadual de Feira de Santana (DCIS/UEFS). Mestre em Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (PPGCMR/UNEB). Professor Assistente no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCEC/UESC). e-mail: cersantos@uesc.br.



socioeconômicas de uma população, refletindo diretamente nas condições, estrutura e qualidade de vida.

Para Salama (2001), a pobreza está intrinsicamente interligada às más condições de saúde e de educação, à falta de acesso ao saber e às (im)possibilidades de comunicação, na impossibilidade de se exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana. Além da ausência da dignidade, de confiança e de respeito próprio.

Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ciente da magnitude da problemática da pobreza no país, tem criado programas específicos, alternativos, para a busca da diminuição da desigualdade social e combate à pobreza.

Sendo assim, é sabido que o Brasil é um dos países líderes no quesito da desigualdade social, atrelando-se tal fato à falta de recursos locais, o que evidencia que a característica da família beneficiária desses programas indicam o tipo e estrutura da pobreza para além, apenas, do quesito monetário, como prevê a análise da pobreza absoluta. Daí surge, inclusive, a problematização dessa pesquisa sobre o perfil (caracterização e espacialização) dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Itabuna-BA.

No que trata da execução metodológica da pesquisa, a mesma se deu, enquanto abordagem, através do método descritivo-analítico e, enquanto método de procedimento, através de uma revisão e discussão da literatura especializada sobre as temáticas que de abordagem da temática, bem como de uma análise documental de dados secundários (para compor a caracterização das famílias beneficiárias do programa em questão).

Tais dados são disponibilizados pelo MDS, através da base de dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), na base “Tabelas Sociais” e, ainda, dos dados do CadÚnico do MDS.

É válido destacar que para compor a caracterização das famílias, não foram utilizados dados referentes à renda, estrutura familiar ou escolaridade e faixa etárias das famílias (que não são, mais, atualmente, disponibilizadas pelo MDS/CadÚnico). Observa-se, porém, que esses dados são inerentes às próprias características dos benefícios disponibilizados às famílias, que são de acordo à renda e à estrutura familiar. Por assim ser, também, não foram utilizadas tais informações nesta pesquisa. Além do mais, tal análise demandaria outra pesquisa, para se ponderar a evolução dos benefícios.



2 DEFINIÇÕES, INTERPRETAÇÕES E A ORIGEM DA POBREZA NO BRASIL

A pobreza é um fenômeno complexo, facilmente percebido em toda história da humanidade e, principalmente, no Brasil. Pode ser conceituado, geralmente, ao não atendimento das necessidades básicas da população, estabelecendo a perspectiva de que a pobreza tem várias faces. O seu conceito é abordado e caracterizado por vários autores que são distintos em suas concepções.

Entretanto, a maior quantidade de perspectiva de análise sempre se associa à carência de renda, principalmente, e que está relacionada a diversas causas que, em sua essência, se associa às características qualitativas como à baixa escolaridade, à estrutura de vida e ao desemprego. Assim, no decorrer dos anos, a pobreza foi caracterizada como ligada às insuficiências de diversas coisas, sendo assim considerada como um fenômeno multidimensional.

Foi a partir dos anos 1960 que o conceito clássico passou a ser questionado, não limitando-o, apenas, à falta de renda, passando a abordar outros aspectos. Com a ênfase nesse fenômeno mais amplo, foi refutada a ideia que o crescimento econômico erradicaria a pobreza, por si só. Mais que isso, passou-se a observar a necessidade da promoção de um patamar desenvolvimento econômico, que se atrela à distribuição de renda (algo não muito fácil de se realizar). Salama e Destremau (2001, p.82) destacam, assim, que:

[...] a pobreza pode significar mais que a ausência do que é necessário ao bem-estar material. É também a negação das oportunidades e das possibilidades das escolhas mais essenciais ao desenvolvimento humano. [...] A noção de pobreza, no que se refere ao desenvolvimento humano se define numa análise de capacidades. De acordo com o conceito de capacidade, a pobreza de uma pessoa não se deve unicamente ao estado de indigência no qual ela se encontra efetivamente, mas também à falta de oportunidades reais – por razões sociais ou circunstâncias individuais – de usufruir de uma vida que valha a pena e que seja considerada em sua justa medida.

Em face disso fica claro que a pobreza não está apenas relacionada a falta de subsistência, vai muito mais além disso, pois são diversas as causas que a norteia, o que passa a evidenciar o caráter multidimensional da políticas públicas de combate à mesma. Haja vista que a pobreza pode ser conceituada em termos relativos e absolutos.

Para Rocha (2006) a pobreza absoluta está ligada a motivos de sobrevivência física, já a pobreza relativa implica-se nas necessidades a serem realizadas em função do modo de vida dominante na sociedade em questão. Para Monteiro (2003, p.7-8), a pobreza “corresponde à



condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras”.

No contexto histórico nacional, a pobreza existe desde o momento histórico-evolutivo conhecido como Brasil Colônia, que transformou o Brasil em um país com o desafio histórico de enfrentar a herança de injustiça social e exclusão que se associa a uma parte da população, levando-as a condições mínimas de cidadania. Nesse sentido, a pobreza só é reconhecida como questão social a partir dos anos 1950-1960, quando a “transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora para uma sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial” ampliou as mazelas sociais negativas (VALLADARES, 1991, p.93). Assim, depois do processo de transição do capitalismo para a produção industrial, observou-se o processo de êxodo rural que elevou tal evolução.

Assim, a industrialização ocasionou o crescimento urbano e acelerou a expansão do nível de desemprego urbano dado a diferença entre a atração urbana de uma efetiva emigração rural e a (in)capacidade da indústria urbana em prover vagas de trabalho para todas essas pessoas. Desse modo, houve um agravamento nas condições de vida da população, a concentração limítrofe nos centros urbanos, de suas moradias e, conseqüentemente, aos fatores socioeconômicos (a favelização, o trabalho informal e a ausência de garantias de direito).

De acordo com Souza (2006), após essa ampliação da desigualdade social e de renda foi que, a partir dos anos 1990, evolutivamente, a pobreza no Brasil passou a fazer parte da agenda pública, como um interesse do poder público em buscar mecanismos para saná-la. Tal busca se baseou no que, para muitos estudiosos, considera-se a má distribuição de renda no Brasil como um fator determinante na pobreza que, associada à estrutura familiar e à qualidade de vida (característica da pobreza), ela se instala e se amplia, cada vez mais, no país.

Para explicar a questão da pobreza no Brasil, Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983, p.20) evidenciaram que:

O problema básico para a pobreza residual no conjunto parece não ter sido o de falta de trabalho mais sim de remuneração adequada do trabalho que realizaram. As famílias pobres se ocupam de todas as maneiras possíveis e em níveis até bastante razoáveis (embora mais baixos do que as demais) mas a renda auferida foi insuficiente para tirá-las da pobreza. Se o grupo é menor, por outro lado, não há como deixar de reconhecer que o problema dessa pobreza residual é mais grave.



Por outro lado, com a expansão da pobreza em todo o país, a região Nordeste e, mais especificamente, a Bahia, foi afetada, haja vista que, atualmente, trata-se de um estado que configura no rol daqueles que apresenta grande parte da população em situação de pobreza e indigência. A pobreza no estado sempre esteve relacionada à insuficiência de renda e de estrutura familiar (o que mantém a pobreza entre as gerações da mesma família, como a questão educacional) e de qualidade material de vida (a estrutura de moradia, acesso a bens de consumo duráveis básicos, higiene, acesso a energia e água). Válido lembrar, por exemplo, a situação do bairro dos Alagados, em Salvador, que se manteve por muitos anos, por mais que as condições de vida daquela população fossem consideradas ilógica e indigna ao cidadão.

Para entender como se deu a evolução da pobreza no estado e preciso refletir sobre o baixo dinamismo histórico da economia do estado. Que, para Lacerda (2009), foi fruto de uma estrutura agrária e de construção do mercado de trabalho insipiente (fatores importantes para a evolução econômica e social do estado). Por assim ser, a estrutura agrária intensificou a desigualdade socioeconômica, que é uma característica marcante na Bahia e, principalmente, da Mesorregião Ilhéus-Itabuna.

Apesar do grande crescimento econômico do país nas décadas de 1970, 80 e 90, o mesmo não foi o suficiente para reduzir a pobreza que acabou se instalando nas metrópoles e demais cidades, principalmente do interior, cuja dinamicidade é, ainda mais, comprometida, ao levar uma grande parcela da população a depender dos empregos gerados pela agricultura ou pelo serviço público. Lacerda (2009) aponta, então, dois fatores que contribuíram com a pobreza baiana: a escravidão e a retinência do semiárido nordestino. Até a década de 1950 o estado da Bahia era voltado para o setor agrícola de produção e suas exportações, o qual mostra sua fragilidade no setor industrial.

As mudanças na economia do estado baiano começaram a se dar, apenas, a partir dos anos 1950, com o processo de inicialização da industrialização (mas concentrada capital do estado). Ao chegar os anos 1980, a Bahia consolidou uma estrutura industrial, contudo na mesma década esse modelo começou a desaparecer devido a crise que se instalou no país, resultando em um estado com desenvolvimento tardio, altamente desigual e uma riqueza concentrada na mão de poucos (pessoal e espacialmente).

A estrutura econômica do estado apresenta relativa concentração espacial e setorial. A atividade industrial se concentra na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a produção de grãos, no Oeste; a fruticultura irrigada, no Sertão do São Francisco; e a produção de celulose, no Extremo Sul do estado – os quatro polos dinâmicos da economia baiana. Por outro lado, aproximadamente 2/3 do território estadual se encontra no Semiárido, cuja base econômica é a agricultura familiar. Quanto à



distribuição setorial, a Bahia se caracteriza por produção de bens intermediários e matérias primas, destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões. A Bahia é geradora de divisas para o país e mercado consumidor de produtos finais oriundos, principalmente, do Sudeste e do Sul, características que condicionam a dinâmica de sua economia a movimentos exógenos (BACEN, 2012, p.83).

De maneira geral, então, a pobreza baiana se caracteriza, assemelhando à brasileira, à ausência ou mínima percepção de renda familiar, ou individual; estrutura familiar e condições de vida. Para mensurar, assim, a pobreza no território baiano, se faz necessário não apenas compreender as diferenças de renda, mas também, a estrutura de vida das famílias consideradas em situação de pobreza.

Para Castro Neto e Alves (2011) são utilizados, então, três critérios para se mensurar e observar a evolução e estrutura da pobreza baiana: (i) a variável renda, referente às famílias que vivem com menos de meio salário mínimo mensal de renda domiciliar *per capita*; o nível de indulgência, quando se observam os indivíduos que vivem com menos de um quarto de salário mínimo mensal de renda domiciliar *per capita*; (ii) a variável renda associada à incapacidade da manutenção de uma estrutura de vida, quando se consideram as famílias enquanto extremamente pobres, pois os mesmos vivem com cerca de US\$ 1,25 por dia. Além dessas variáveis, mensuráveis monetariamente, observa-se, ainda, a questão da qualidade mínima de vida (moradia, situações sanitárias e de fornecimento de serviços básicos à vida).

3 CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA POBREZA NO BRASIL, NA BAHIA E EM ITABUNA

O problema da desigualdade e a alocação geográfica da pobreza é um tema que tem causado preocupações no Brasil e em outros países, tanto desenvolvidos quanto naqueles em processo de desenvolvimento. Anselin (1988), ao comentar sobre a diversidade da pobreza, salienta que a camada pobre da população pode ser encontrada, geralmente, em territórios concentrados no meio geográfico.

Apesar de o Brasil apresentar grandes índices de crescimento do PIB, pode-se encontrar, tanto em centros urbanos como na periferia, manchas de pobreza. De acordo ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), ainda existem 43 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. A região Nordeste é a que tem a metade dos pobres. E, de acordo à distribuição da riqueza como *proxy* do PIB, é possível estimar que, em 2012, os 50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza. 36,99% ficavam com 10,60% e



13,01% com 87,40% da riqueza. Uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de 40,81% do total riqueza gerada no país. O que se evidencia pelas comparações trazidas por indicadores tradicionais da mensuração da distribuição de renda, como o Índice de Gini (que mensura a concentração de renda) e o Índice de Theil (que mensura a desigualdade de renda entre grupos).

Observa-se que os impactos do aumento da renda sobre a pobreza, em cada região, não ocorre de maneira uniforme, uma vez que, cada região tem suas características, possuem dinâmicas econômicas distintas e níveis diferentes de desigualdade de renda. É notório, por exemplo, que os baixos níveis de escolaridades da população encontram-se entre os principais determinantes da falta de renda das pessoas. Além do mais, a má distribuição e qualidade da educação entre os indivíduos oferecida à população mais pobre, fazem com que as diversidades sociais e a pobreza sejam fortemente intensificadas.

Quando nos referimos a desigualdades nas regiões brasileiras, considerando o ano de 2009, nota-se que a região Sul é a que se encontra na melhor situação, apresentando um coeficiente de 0,491 [de Gini]. Na sequência, com piores níveis de desigualdade, têm-se as regiões Sudeste (0,511), Norte (0,523), Nordeste (0,558) e, por fim, a região Centro-Oeste como a mais desigual, com o índice de Gini de 0,560 (IPEADATA, 2012, s.p.).

O Nordeste é a região que concentra o maior número de pobres do Brasil, neste contexto, a pobreza e a desigualdade é uma mazela constante nos municípios dessa importante região onde está localizada quase a metade da população pobre do país (IBGE, 2011). E, apesar do aumento de programas de transferências de rendas nos últimos anos, o Nordeste, ainda persiste com elevados graus de disparidades econômicas e sociais, além de um grande número de pobres, reflexo de um país concentrador de renda.

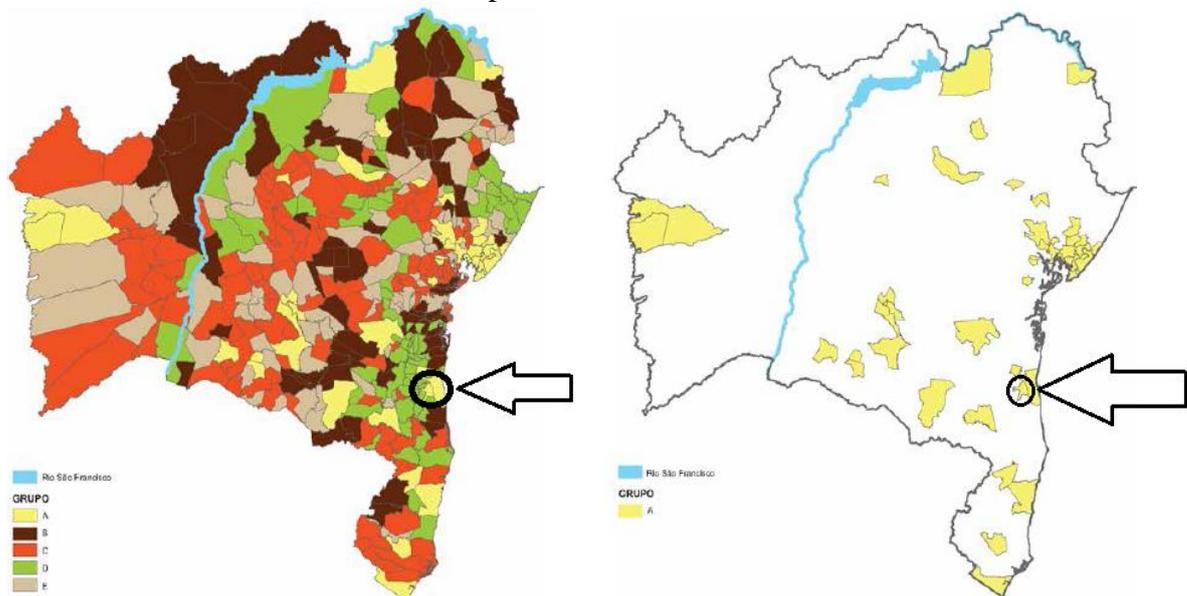
Neste contexto, o estado da Bahia é considerado o oitavo do país em número de pessoas em condição de pobreza extrema, E de acordo com o Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (IPEA), em 2010, estava entre os cinco estados com pior distribuição de renda do país, com índice de Gini de 0,512 (o índice varia entre 0 e 1 e, quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda, ou seja, não apresenta uma distribuição de renda equânime entre as classes de renda da sociedade mensurada). Tais características relacionam-se à distinção espacial do território, que são determinadas pelas relações econômicas.

Essa heterogeneidade espacial é um tema recorrente em estudos sobre a economia regional, e uma série de métodos econométricos tem sido utilizado no intuito de avaliar a existência de relações socioeconômicas entre os fatores intervenientes, bem como, a associação desses com sua localização geográfica (HENINGER; SNEL, 2002, p.16).

O estado da Bahia é o quinto do país em extensão territorial e equivale a 36,3% da área total do Nordeste brasileiro e 6,64% do território nacional. Responde por mais de 30% do PIB, é o 6º estado com maior produção de riqueza. Referente a ele, percebe-se que houve um aumento da renda média per capita nas últimas décadas, com crescimento médio anual de 4,43% entre 2000 e 2010 e, portanto, uma redução no número de pobres no mesmo período, passando de 49,72% em 2000 para 28,72% em 2010, graças às políticas sociais implementadas (PNUD, 2013).

O mapa 1 traz a distribuição espacial da pobreza na Bahia, evidenciando, em grupos, tal distribuição, com a qual, se exprime a característica da pobreza semelhante entre os municípios. O grupo A, por exemplo, evidente no mapa, no qual se insere o município de Itabuna, apresenta as mesmas características da pobreza e, também, as mesmas características sócio-produtivas e socioeconômicas: concentração de renda, residência urbana, grau de urbanização, médio a grande porte populacional, setor econômico baseado nos serviços ou indústria, dentre outras.

Mapa 1: Distribuição espacial dos grupos de pobreza na Bahia, com destaque para o município de Itabuna, 2010



Fonte: SEI, 2014.

Sobre a realidade de Itabuna, a pobreza se intensificou após a crise cacaeira, provocado pelo fungo da vassoura de bruxa que atingiu todos os setores e classes da sociedade de âmbito rural e urbano a partir do final dos anos 1980. Os trabalhadores rurais que não tiveram condições de permanecer nas roças de cacau migraram para a cidade em



busca de novas condições para sua sobrevivência e, ampliaram ainda mais tal situação. Costa Mata (2006, p.2) destaca que:

[...] a população de outrora cacaeira da região tem tradição cultural acumulada para trabalhar e dominar tarefas agrícolas nas fazendas, desenvolver as atividades extrativas, porém, já há algum tempo, ante o processo de mudança de trabalho e das características desse mercado, começam a deslocar-se para as mais diversas ocupações.

Assim, foi necessário buscar novas alternativas econômicas, com a ajuda do comércio, da indústria e da diversificação de lavouras. Hoje, Itabuna se destaca com indústrias de grande porte e é considerada como um polo regional devido ao setor de serviços, principalmente o médico-hospitalar, comercial e educacional, entre outros.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome (MDS), no município de Itabuna há um elevado número de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os grupos populacionais específicos das famílias cadastradas no PBF, em Itabuna, evidenciam, de maneira geral, famílias de origem diversa, como as indígenas, ciganas, extrativistas, de agricultores familiares, assentadas da reforma agrária, acampadas, famílias com pessoa presa no sistema carcerário, famílias em situação de rua, catadores de material reciclável e, em sua maioria, famílias urbanas. Assim, como foco principal dessa pesquisa, traz-se a partir da próxima parte do trabalho, as características de moradia das mesmas, para evidenciar a relação entre a qualidade de vida (formal) e a característica da pobreza no município de Itabuna.

4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE ITABUNA

Como já deve ser de conhecimento público, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda criado em 2003, a partir da junção de programas sociais anteriores, tais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, dentre outros.

O PBF faz parte, atualmente, do Plano Brasil Sem Miséria e tem como propósito diminuir a pobreza existente no país. Para determinar as famílias beneficiárias, foram estabelecidos valores monetários base, enquanto parâmetro de renda familiar, de modo que a pobreza é estabelecida de modo objetivo à capacidade monetária da família em suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Isto é, tendo como menção o estabelecimento de uma linha de pobreza sobre o caráter absoluto da mesma. Assim, procura se atrelar aos brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 mensais.



O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e, vias suas condicionalidades, o acesso à educação e à saúde. De modo geral, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a pobreza das famílias mais vulneráveis, à medida que concede renda às mesmas. Como contrapartida, exige o cumprimento de condicionalidades no âmbito da saúde e da educação tencionando, ainda, assim, garantir a inclusão produtiva (no longo prazo) e o acesso a serviços públicos (no curto prazo). Sendo assim, o programa vai além da mera distribuição de renda. Entretanto, não modifica, diretamente, os fatores formais e físicos do que se considera qualidade de vida, como por exemplo, as características do ambiente em que moram (ficando os mesmos, subjetivamente, inerentes às ações adicionais do poder público).

No que trata da característica da renda familiar, das famílias beneficiárias, a mesma não é caracterizada nesse trabalho por entender-se que para ser beneficiária a famílias já possui uma característica específica (mencionada acima), o que se evidencia pelo tipo de benefício a que tem direito. Nesse sentido, de acordo aos dados coletados, o principal tipo de benefício que é fornecido no município de Itabuna é (em relação ao primeiro semestre de 2016) o de benefícios variáveis que é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 145,00 *per capita*, desde que haja crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes na família (o benefício tem o valor de R\$ 35,00 por característica familiar, podendo a família acumular, o máximo, de cinco desses benefícios, cumprindo um total de R\$ 175,00 mensais a receber). Em seguida, se destaca o benefício básico, que é concedido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 77,00) mesmo que não tenha fatores adicionais com crianças, jovens, gestantes ou nutrizes no núcleo familiar (cada família recebe, então, uma bolsa de R\$ 77,00 mensais).

Por assim ser, de acordo com a renda, dentre as famílias beneficiárias do PBF, subtende-se que, no município de Itabuna, o PBF atende, em sua maioria, famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 145,00 mensais (51,4% com renda de até R\$ 145,00 e 36,5% com renda de até R\$ 77,00).

Após o levantamento de dados realizados, foi possível descrever e analisar (e apresentar os resultados através de gráficos confeccionados através do Software Excel), dados que viessem representar a realidade local, comparando a Bahia e Itabuna, quanto às características dos domicílios das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF) no que se refere às seguintes variáveis:

- (i) quantidade de famílias beneficiárias do PBF;

- (ii) valor total repassado do PBF;
- (iii) benefício médio mensal repassado às famílias do PBF;
- (iv) formas de abastecimento de água, na residência;
- (v) formas de coleta de lixo;
- (vi) formas de escoamento sanitário;
- (vii) material utilizado nas paredes externas e
- (viii) sistema de iluminação das residências dos beneficiários do PBF.

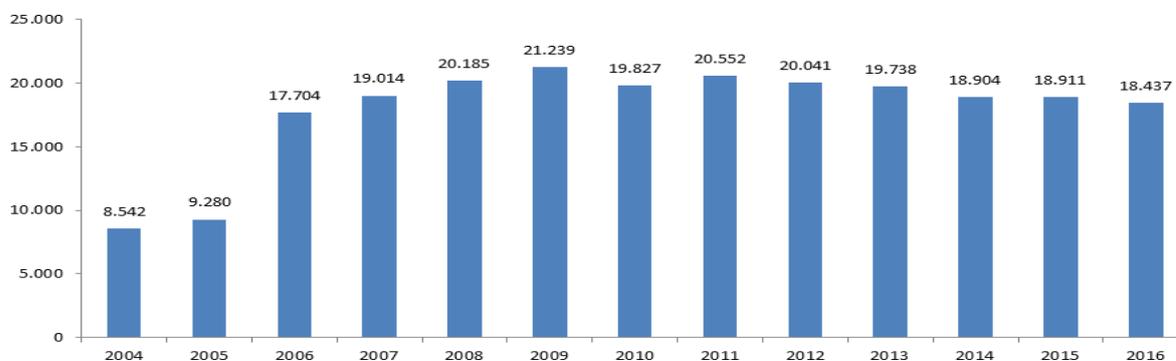
A seguir, são apresentadas as análises e suas respectivas considerações.

4.1 Quanto a quantidade de famílias beneficiárias do PBF

O gráfico 1 traz informações sobre o número de famílias beneficiadas pelo PBF na cidade de Itabuna-BA, do ano de 2004 a 2016, em relação ao cadastros das famílias no CadÚnico, e que fundamenta a base de pré-requisitos obrigatório para a aquisição do benefício.

De acordo aos dados, o número de beneficiários do PBF em Itabuna-BA foi aumentando gradativamente do ano de 2004 (8.542) até o ano de 2009 (21.239), principalmente do ano de 2005 para 2006, quando este número praticamente dobrou, passando de 9.280 para 17.704 respectivamente. Mas a partir de 2011 este cenário foi revertido, havendo uma discreta queda no número das famílias beneficiadas (exceto em 2015, quando houve um aumento de 07 famílias comparado ao ano anterior). Este fato da queda do número de beneficiários pode ser justificado, em parte, pelo processo da atual crise socioeconômica por qual perpassa o país que reduz a dotação orçamentária que fundamenta o percentual de repasses monetários pelo programa.

Gráfico 1: Quantidade de famílias beneficiarias do Programa Bolsa Família, em Itabuna, 2004-2016



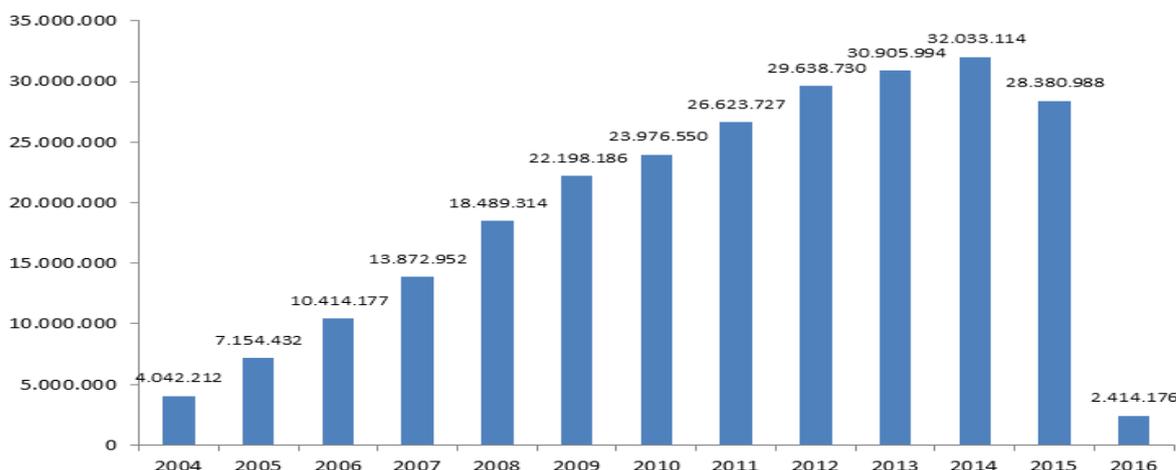
Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Social (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Somando-se os percentuais de famílias extremamente pobres e pobres na Bahia, verificou-se que este percentual é de 73,66%. Sendo assim, fazendo-se uma análise comparativa proporcional com a cidade de Itabuna, percebe-se que o número de famílias beneficiárias do PBF encontra-se aquém do número necessário para o subsídio aos indivíduos carentes, sabido que Itabuna possui uma população de 200 mil habitantes.

4.2 Quanto ao valor total repassado do PBF (valores nominais/correntes)

No gráfico 2 nota-se que o valor total das transferências realizadas tem aumentado de forma contínua, passando de, aproximadamente, 4 milhões de reais anuais, em 2004, para mais de 32 milhões, em 2014. Somente no ano de 2015 percebeu-se uma queda neste repasse nominal, representando uma diminuição do valor pago por família, já que o número destes beneficiários, do ano de 2014 para 2015, foi praticamente mantido (o que é possível de acordo com o tipo de benefício que as famílias poderão receber). Vale ressaltar que este valor encontra-se, significativamente reduzido, no ano de 2016 pelo fato do ano ainda estar em curso.

Gráfico 2: Valor total repassado (correntes) pelo PBF para a cidade de Itabuna-Ba, 2004-2016 (em R\$)



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

A análise dos dados pode ser realizada sobre dois olhares. De um lado, pode-se analisar que houve uma diminuição do número de famílias quanto o valor repassado pelo programa ao longo do tempo. Afinal, o ideal é que o grau de dependência das famílias pelos recursos do Programa se reduzisse e que as pessoas se inserissem no mercado de trabalho, de

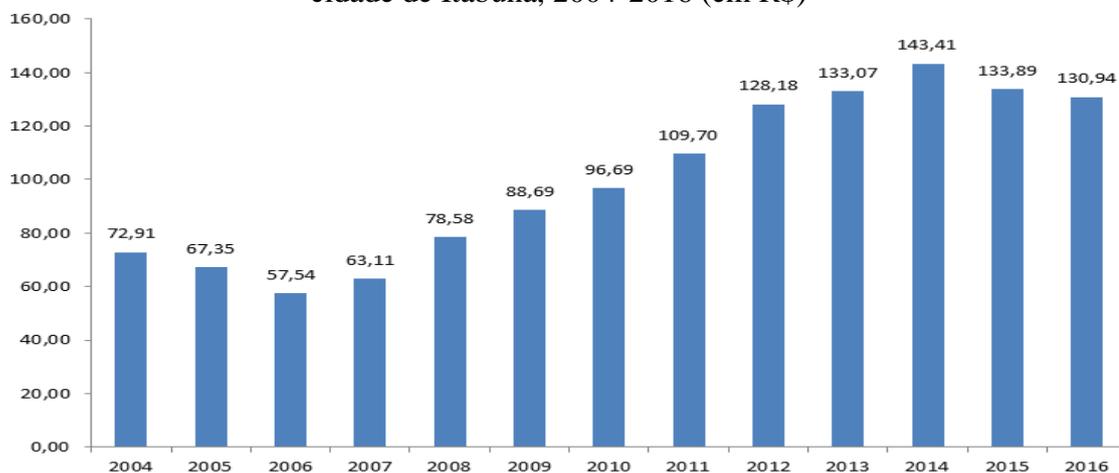
forma produtiva e mais qualificada (que da venda de sua força de trabalho pudesse receber os recursos monetários necessários para que suas famílias vivessem de forma digna).

Pela segunda ótica, é importante destacar que, tanto o aumento da quantidade de famílias beneficiárias quanto do valor repassado, significam que o PBF tem sido ampliado, sendo acessível a um maior número de famílias que vive em condições pobreza, o que contribui para aliviar os sintomas mais imediatos da escassez de renda em combate, principalmente, à fome.

4.3 Quanto ao benefício médio mensal (nominal) repassado às famílias do PBF no município

Embasado na análise do gráfico 3, observou-se a evolução média dos valores dos benefícios pagos entre 2004 e 2016. Assim, desde o começo do PBF, esta média vem aumentando, havendo quase uma duplicação entre os anos de 2004 para 2016, passando de R\$ 72,91 para R\$ 130,94. Por outro lado, entre os anos de 2015 e 2016 observou-se uma redução gradual deste valor quando comparado ao ano de 2014.

Gráfico 3: Benefício médio mensal (nominal), por família do Programa Bolsa Família, na cidade de Itabuna, 2004-2016 (em R\$)



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Pode-se inferir que, de qualquer forma, o valor médio do repasse às famílias do PBF contribui para o suprimento de algumas necessidades básicas do ser humano. No entanto, esta medida não deve se tornar permanente, nem tampouco focado apenas nos valores em si, mas em ações duradouras e consistentes que altere a qualidade de vida do cidadão beneficiário e

de sua família, possibilitando uma melhoria de seu acesso ao mercado de trabalho e sua forma de vida, que, como será evidenciado a seguir, segue um padrão de manutenção estrutural.

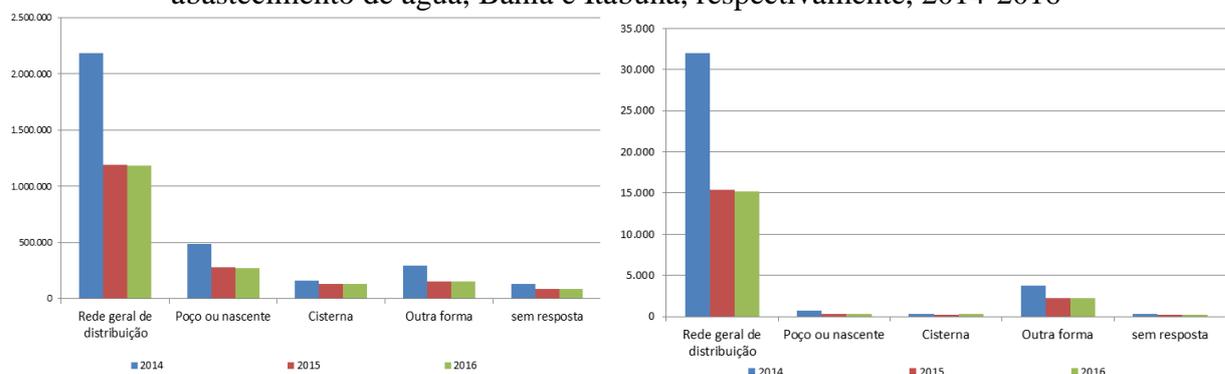
4.4 Quanto à forma de abastecimento de água na residência

Diversas são as formas de abastecimento de água, principalmente, no meio urbano, sendo estas provindas do meio ambiente no seu componente bruto, pela qual perpassa, *a priori*, por um tratamento adequado, no intuito de garantir o fornecimento ideal para diversos fins, principalmente o domiciliar. Entretanto, levando em consideração a desigualdade existente no país, é de conhecimento que milhões de famílias vivem em situações precárias no que diz respeito ao consumo de água potável, ainda mais as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, o gráfico a seguir demonstra a forma de abastecimento de água, entre os anos de 2014 e 2016, em relação às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na Bahia em comparação com as de Itabuna. Conforme ilustrado no gráfico acima, percebe-se que grande maioria dos beneficiários do PBF da Bahia e, inclusive, de Itabuna utilizam a rede geral como principal forma de abastecimento de água (o que é uma informação bastante importante para a questão da qualidade da moradia das mesmas), apesar de haver uma queda significativa deste uso, explicada pela problemática da falta de água pluviais no município de Itabuna (mas que não altera a condição de estrutura mantida para tal captação residencial).

Entretanto, há de se destacar que houve uma redução significativa, tanto na Bahia quanto em Itabuna, dentre os beneficiários, sobre o uso de rede geral de distribuição entre os anos de 2014 e 2016, com uma redução de 52,7%, no número de famílias beneficiárias que tinham esse atendimento, em Itabuna, enquanto na Bahia a redução foi de 45,7%.

Gráfico 4: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com as formas de abastecimento de água, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).



Outras formas de abastecimento de água também são percebidas, porém com menor significância, porém com uma maior variação na relação entre a característica do município e do estado como, por exemplo, o uso de poço/nascente que, em Itabuna, se reduziu mais no município que no estado (-55,4% em Itabuna e -43,7%). E cisterna com uma redução de 20,5% em Itabuna e de 18,2% na Bahia. O que evidencia, possivelmente, já que não se tem, aqui, mecanismos de garantia dessa informação, uma melhora na condição de fornecimento de água para os espaços de moradia dessas famílias.

Sendo assim, pode-se inferir que o abastecimento de água, de uma forma geral, está sendo feita, na sua magnitude, pela principal maneira preconizada pela vigilância sanitária (Rede Geral). Contudo a cobertura para a população tanto no estado da Bahia quanto para Itabuna se encontram aquém do que se almeja (95%), comparado ao número relativo de habitantes.

4.5 Quanto às formas de coleta de lixo

A coleta de lixo é considerada um processo de grande valia para a qualidade de vida, principalmente sanitária, da comunidade em que se insere, retratando, indiretamente, na qualidade de vida das pessoas e do bem estar social. Diversas são as formas na qual esta pode ser realizada, desde o descarte em terreno baldio até a coleta seletiva e seu processamento final. Desta forma, caracterizar a forma como o lixo é coletado pela (na) comunidade, principalmente das mais carentes, retrata, intrinsecamente, o modo de vida das pessoas, bem como reflete na realidade socioeconômica da mesma.

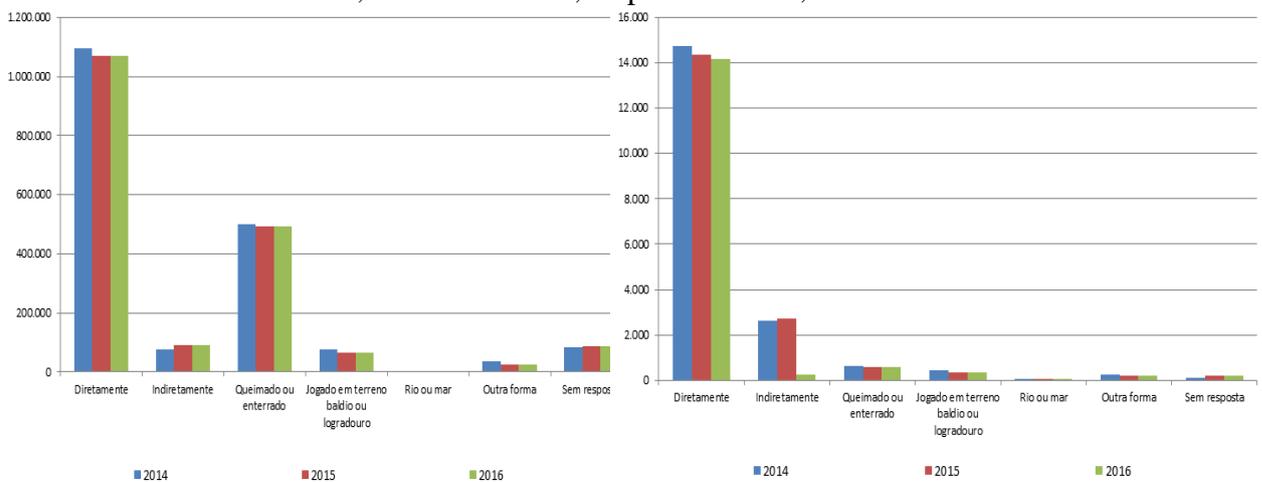
O gráfico 5 demonstra o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família da Bahia e de Itabuna no que tange a forma de coleta de lixo durante o período entre 2014 e 2016. E, assim, percebe-se que a coleta direta de lixo dos beneficiários do PBF, nos dois cenários da pesquisa é, em sua maior parte, mais de 80% dos beneficiários, realizada pelo poder público, sendo, portanto a principal forma de tratamento do lixo produzido. Entretanto, enquanto na Bahia essa característica melhora no período de tempo analisado (um aumento de 3,2%), em Itabuna há um decréscimo (-3,9%).

Em seguida, em nível da Bahia, o gráfico ainda demonstra que a incineração ou aterro é a via alternativa desta coleta (média de 1 milhão de famílias), contradizendo aquilo que é observado na cidade de Itabuna, onde este tipo de coleta encontra-se, em percentuais relativamente menores, sendo ultrapassado pela coleta indireta, que corresponde ao descarte

final sem destino determinado. O mesmo comportamento se percebeu para as demais formas de coleta.

Assim esses dados podem evidenciar, também, ou o município tem melhorado o sistema de coleta de lixo ou o PBF tem absorvido uma maior parcela de famílias que vivem em situação de extrema negligência do poder público no que tange à coleta de resíduos de descarte.

Gráfico 5: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com a formas de coleta de lixo, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Desta forma, fica claro que apesar da coleta de lixo por parte dos beneficiários serem realizadas, em grande, parte de forma direta, ações de investimento que visem o aprimoramento da educação sanitária devem ser implementadas de forma contínua e consistente, a fim da busca de redução de danos à saúde e melhoria das condições de moradia dessas famílias.

4.6 Quanto às formas de escoamento sanitário

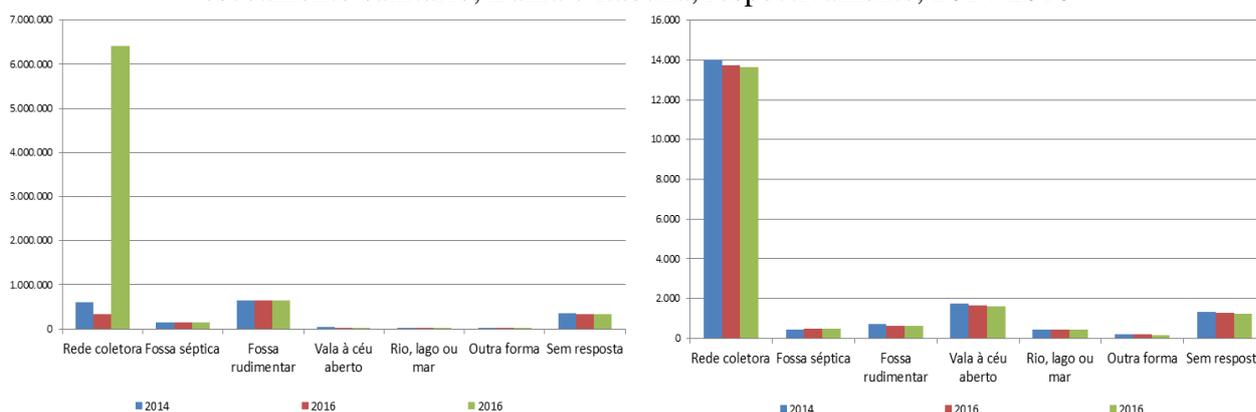
O escoamento sanitário, atrelado ao abastecimento de água e coleta de lixo, é um dos fatores indispensáveis para a caracterização do perfil socioeconômico de uma determinada população, fazendo parte de uma gama de indicadores que, quando positivos, contribuem para a melhoria dos fatores determinantes da saúde e do bem estar.

O escoamento sanitário pode ocorrer desde situações consideradas inadequadas, como ao céu aberto ou fossa rudimentar, até as mais aceitáveis, através de rede coletora, por exemplo, tornando-se uma ferramenta de modificação dos riscos nas quais a população está

exposta. Através do gráfico 6, observou-se que, na Bahia, o escoamento de água se dá, principalmente, através das fossas rudimentares, sendo superior ao escoamento por rede coletora. O que evidencia uma característica ruim para essa variável.

Por outro lado, em Itabuna, no mesmo período analisado (2014-2016), a rede geral foi a principal forma de escoamento sanitário. Entretanto, em relação à utilização de fossas, a do tipo rudimentar supera (assim como observado para a Bahia) às do tipo sépticas, dentre as duas, a mais indicada pela vigilância sanitária. Uma outra característica relevante é que em Itabuna, o escoamento para vias fluviais se assemelha à média de utilização das fossas (sépticas e rudimentares). Dado que evidencia, ainda, uma falta de estrutura dessa variável quanto às moradias dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Gráfico 6: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com as formas de escoamento sanitário, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Neste contexto, fica evidente que o perfil dos beneficiários do PBF da Bahia e Itabuna diferencia-se na questão do escoamento sanitário, sendo que em Itabuna percebe-se, relativamente, uma evolução melhor que a do estado como um todo, ao considerar-se o total dos beneficiários, na evolução entre os anos, e as formas de escoamento sanitário. Ou seja, do total de famílias beneficiárias no estado, 34,9% são atendidas por rede coletora, enquanto em Itabuna esse percentual é de 74,7%. Tais dados devem ser ponderados, para o estado, dada a heterogeneidade dos municípios que o compõe, que deve se considerada.

4.7 Quanto ao material utilizado nas paredes externas dos domicílios

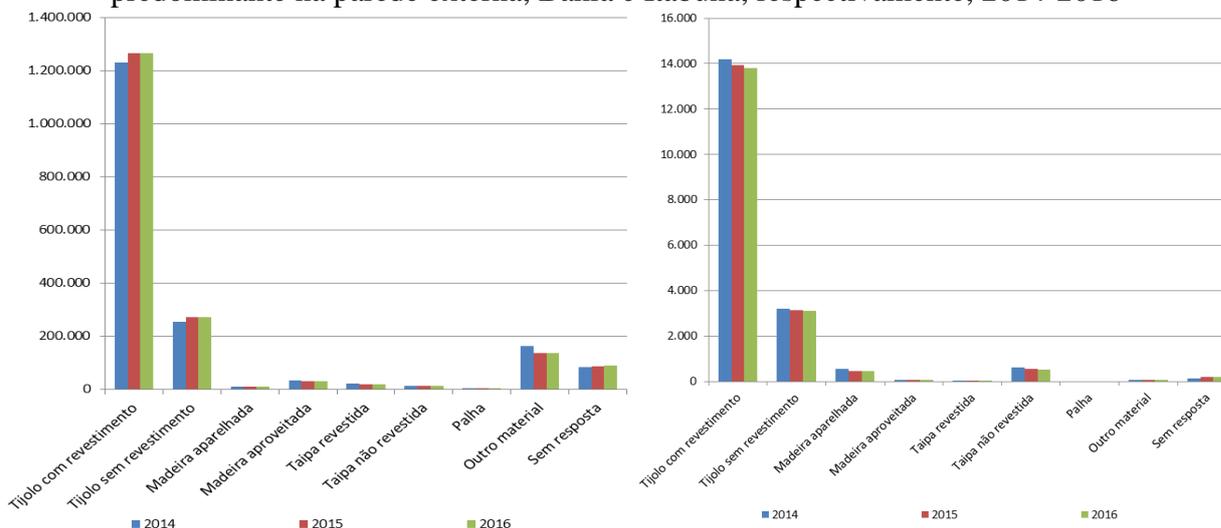
Em ambos os cenários analisados, a maior parte das famílias beneficiárias mora em casa de alvenaria com revestimento apropriado. Contudo, no estado da Bahia bem como em

Itabuna, o segundo tipo de construção que mais predomina é o de alvenaria sem revestimento externo (casa com os blocos de construção em evidência do lado externo). Os outros tipos de materiais não possuem um percentual significativo na análise, exceto a de domicílio construído de outro material que, na Bahia, a participação é mais alta que em Itabuna.

Ou seja, do total de famílias beneficiárias no estado, 69,2% possuem moradias de alvenaria com revestimento externo e em Itabuna esse percentual é de 75,7%. Em relação às residências de alvenaria sem revestimento externo, a Bahia conta, do total de famílias beneficiárias, com 14,8% dos beneficiários nessa situação e Itabuna 17,1%.

Gráfico 6: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com as formas de escoamento sanitário, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016

Gráfico 7: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com o material predominante na parede externa, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF).

Esse fato pode indicar a necessidade de maior atenção, por parte dos programas habitacionais para os beneficiários do PBF na Bahia e em Itabuna.

4.8 Quanto ao sistema de iluminação das residências dos beneficiários do PBF

A iluminação residencial dos domicílios, nos dias atuais, é uma necessidade básica do ser humano. Durante os últimos anos foram realizados, tanto pelo governo estadual quanto federal, diversos investimentos, inclusive via programas sociais como o “Luz para Todos”,

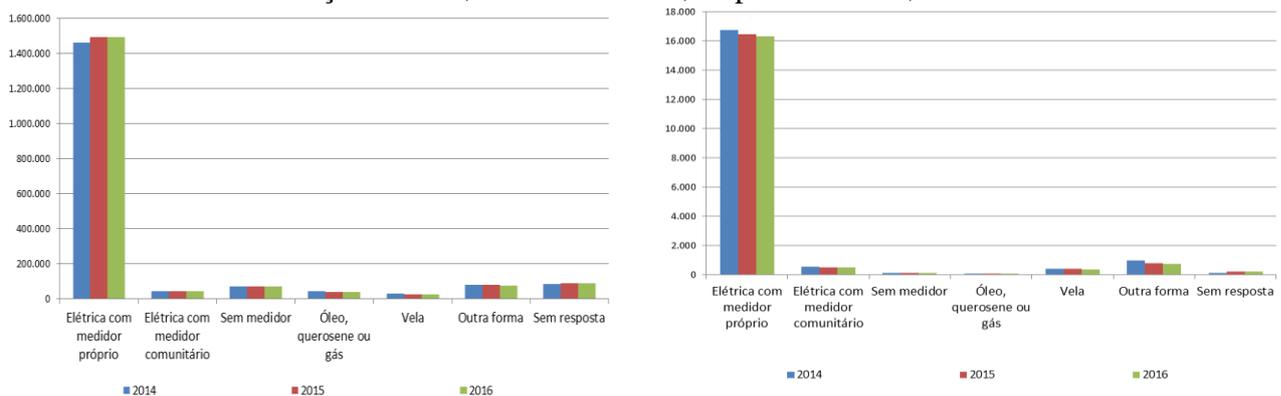


foram realizados com intuito de favorecer os que não usufruíam deste direito, melhorando a qualidade de vida e conseqüentemente o modo de vida dessas pessoas.

Neste sentido, analisar o tipo de iluminação dos sujeitos desta pesquisa implica em conhecer de perto a realidade da cobertura das condições de vida daqueles mais propícios ao processo de exclusão social (luz para todos) quanto a essa categoria de análise dessa pesquisa.

O gráfico 8 demonstra que dentre os beneficiários do PBF, entre 2014 e 2016, que a maior parte dos beneficiários, tanto da Bahia quanto de Itabuna, tem acesso à iluminação residencial com medidor próprio. Enquanto as outras formas de iluminação (com medidor comunitário, com óleo/querosene, vela ou mesmo sem medição própria) possuem valores ínfimos.

Gráfico 8: Número de residências dos beneficiários do PBF de acordo com o Tipo de iluminação interna, Bahia e Itabuna, respectivamente, 2014-2016



Fonte: elaboração própria a partir de dados retirados do MDS, Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)

Tal dado fortalece a ideia de que mais ações devem ser tomadas para aprimorar e regularizar a iluminação dos mais necessitados, mesmo tendo em vista que a iluminação com medidor seja a mais preponderante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa da Família é considerado de grande importância dentre os diversos programas sociais implementados, historicamente, no Brasil. Através dele, a transferência direta de renda aos indivíduos que vivem às margens da pobreza garante, em parte, a manutenção de uma acessibilidade mínima de subsistência (no curto prazo) e procuram mudar

a característica social, de saúde, educacional, laboral e porque não, política dos beneficiários, no longo prazo, através das condicionalidades ligadas ao programa.

Entretanto, os fatores adicionais relativos à qualidade de vida, como os fatores de moradia e infraestrutura do lar, da rua, do bairro e/ou da comunidade não se atrela, unicamente, ao fator transferência direta de renda, como preconiza o programa. Daí, conhecer o perfil físico-estrutural das condições de moradia destes beneficiários torna-se um passo para o aprimoramento do programa, bem como, para a busca de estratégias de outros programas sociais vinculados a essa população e, ainda mais, a um posterior processo de desvinculação e geração de independência desses indivíduos da necessidade de um programa social a ele vinculado.

Neste sentido, o objetivo central foi analisar o perfil socioeconômico dos beneficiários do PBF, embasado na realidade das condições de moradia, tendo diversos parâmetros como subsídio desta análise. Durante a análise dos dados, constatou-se que de uma forma geral, uma tendência no número de beneficiários e do valor médio do benefício repassado, desde os primórdios do programa.

Ademais, percebeu-se que, em relação às características dos domicílios dos beneficiários, a cidade de Itabuna possui um perfil semelhante ao da Bahia como um todo, em termos proporcionais, diferenciando-se, principalmente, nos aspetos relacionados ao escoamento de água, à coleta de lixo e ao abastecimento de água.

Desta forma, espera-se que este trabalho tenha contribuído, significativamente, para o esclarecimento do perfil dos beneficiários do PBF, servindo de instrumento de reflexão não só para o aprimoramento das ações deste programa, mas para a implementação de um planejamento estratégico sustentável de forma permanente e ativa para a população em situação de vulnerabilidade social e econômica, não apenas de renda, mas nos aspectos multidimensionais da pobreza.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, L. **Spatial Econometrics: methods and models**. Boston: Kluwer Academic, 1988.

BACEN. Banco Central do Brasil. Economia baiana: estrutura produtiva e desempenho recente. IN: **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. Brasília: jul. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/07/br201207b2p.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.



- CASTRO NETO, A. A. de; ALVES, L. A. de A. Considerações sobre a pobreza na Bahia: tendências e estimativas de efeitos de políticas de transferência direta. Salvador-BA: SEI, Texto para discussão, n.3, 2011. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_03.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.
- CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para discussão nº 1332**, IPEA, Brasília, 2008.
- COSTA MATA, H. T.; VERGARA, M. **Mudanças e conflitos no mercado de trabalho na região cacauceira da Bahia**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestras>>. Acesso em 20 fev. 2016.
- FMI. Fundo Monetário Internacional. **Data and Statistics**. 2015.
- FURTADO, C. (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- HENNINGER, N; SNEL, M. **Where are the poor?** Experiences with the development and use of poverty maps. Washington, D.C.: WRI/UNEP/Grid Arendal, 2002. Disponível em: <<http://pdf.wri.org/wherepoor.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados gerais do município: Itabuna**, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=291&search=bahia|itabuna>>. Acesso em: 12 dez. 2015
- IPEADATA. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Base de dados sociais**. 2015.
- LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações**. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado em Economia). Prog. de Pós-Graduação em Economia, UFU, 2009.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Base de dados: **Data Social**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro.php?p_id=4>. Acesso em: durante todo o processo de pesquisa. Último acesso: 25 mai. 2016.
- MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, n. 17, p. 7-20, 2003.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S. **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1983.
- PNAD. Microdados. PNAD 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2015.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2013.



POCHMANN, M. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 104, 637-649, out.-dez. 2010.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil. Principais tendências da espacialização. **Revista Economia e Sociedade**, v. 10, p. 193-211, 1998.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da Pobreza**: Economia política da distribuição de renda. Petrópolis: Garamond, 2001.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza na Bahia em 2010**: dimensões, territórios e dinâmicas regionais. Salvador-BA: SEI, 2014.

SOARES, L. T. R. O desastre social. In: **Os porquês da desordem mundial**: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, J. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; R. R. (org). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.